

MEMÓRIA CAMPINEIRA (34)

A ABOLIÇÃO NAS RUAS DE CAMPINAS

Odilon Nogueira de Matos

Durante toda a chamada “Primeira República”, o que vale dizer até 1930, o dia 13 de maio era feriado nacional, marcado a vermelho na folhinha, com paralização total de todas as atividades e comemorações cívicas nas escolas e nas entidades culturais e de classe. A data recorda, como é sabido, a assinatura da denominada “Lei Áurea”, em 1888, com a qual se extinguiu a escravidão no Brasil. Os primeiros legisladores da República, muitos deles abolicionistas, entenderam por bem inscrever em diploma legal, de modo a ser sempre rememorada, a data que, bem ou mal, representou o coroamento de todos os seus esforços através de uma longa e nem sempre pacífica campanha que agitou a imprensa, a tribuna, as escolas, no sentido de apagar da face do País a mancha que representava acima de tudo uma poderosa herança colonial que a própria Independência não foi capaz de eliminar. E por pouco a República a teria herdado, pois a extinção da escravidão antecedeu de apenas ano e meio a implantação do novo regime.

Inscreveu-se, pois, o 13 de maio em nosso calendário cívico, ao lado do 7 de setembro, do 15 de novembro e do 21 de abril. E de tal maneira que pelo menos três destas datas figuram com extraordinária freqüência na nomenclatura das vias públicas das cidades brasileiras. Já o 21 de abril foi menos aquinhoado. Tiradentes, na realidade, encontra-se presente na denominação de ruas pelo Brasil todo, mas são poucas as homenagens ao 21 de abril ou à Inconfidência, no seu sentido coletivo. Enquanto quase todas as cidades possuem uma Praça da República (Campinas é uma das poucas exceções) e muitas ostentam ruas “da Independência” ou “da Abolição”, poucas recordam o movimento mineiro do século XVIII.

O governo provisório que se implantou no Brasil com a revolução de 1930, entendendo que no País havia feriados demais (e havia mesmo...), cortou a metade deles e entre os suprimidos estava precisamente o 13 de maio. Só neste ano, devido ao centenário da Abolição, foi comemorado com um feriado especial.

O movimento abolicionista, neste particular, teve mais sorte, sendo lembrado de maneira coletiva através de numerosas ruas “da Abolição” ou simplesmente “Abolição”, nas cidades do País. E como se não bastasse, a data de 13 de maio figura, também, com muita freqüência em nossa nomenclatura urbana, de norte a sul. Redundância de homenagens: se já existe da rua “da Abolição”, evidentemente não seria necessária outra lembrando sua data. Mas, estes nomes foram, todos eles (com raras exceções) dados no começo do século ou mesmo em fins do século passado, muitas vezes quando apenas se delineavam as estruturas urbanas das cidades mais novas e, na época, a lembrança do movimento abolicionista (como da República) estava ainda muito viva. É o que explica, por exemplo, que em grande número de cidades a rua 13 de maio situe-se sempre na parte central e mais de uma conheço onde a data foi dada justamente à principal via pública.

Em nossa cidade, a data de 13 de maio foi atribuída à antiga rua de São José, por proposta do vereador Salvador Leite de Camargo Penteado, em sessão da Câmara realizada no dia 28 de maio do mesmo ano em que ocorreu a Abolição, ou seja quinze dias apenas após a assinatura da “Lei Áurea”. A proposta recebeu apenas um voto contrário, o do vereador Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, que já havia protestado contra a festividade com que a Câmara recebera a comunicação da lei extinguindo a escravidão no Brasil. Justificou o ilustre médico e vereador afirmando que a mudança proposta, “simbolizando a vitória de um partido sobre outro (de fato, era a vitória dos republicanos...) importava em grave ofensa aos aderentes da causa vencida, pois entre estes contava-se a maior parte dos indivíduos pertencentes às famílias territoriais, cuja influência social é por demais grande e a quem o Município deve em máxima parte o seu estado de prosperidade, etc...”

A rua 13 de maio sempre foi uma das mais importantes de Campinas. Estabelecendo a ligação entre a estação ferroviária e o centro da cidade, tornou-se praticamente via de passagem obrigatória a quem chegasse ou saísse da cidade. Em toda a sua extensão era percorrida pelo bonde nº 5, linha “Estação”. Tornou-se rua de intenso comércio, transformada atualmente, em todas as suas oito quadras, em bem cuidado “calçadão”, a que se deu o significativo nome de “Convívio”. Já o nome de “Abolição”, dado à antiga rua da Ponte Preta, é bem mais recente, datando de 30 de maio de 1923.

Mas, além do movimento e da data, a Abolição é ainda recordada em nossa nomenclatura urbana através dos nomes das principais figuras abolicionistas, a começar pela Princesa Isabel, cuja lembrança permanece talvez exclusivamente por ter sido ela a signatária da famosa lei de 13 de maio. Tanto é verdade, que ela passou à história com o cognome de “Redentora”. Não fora a “Lei Áurea, tenho dúvidas se ela seria

lembrada tal como é. Seu nome figura com freqüência em placas, ora como ruas, ora como praças e até avenidas. Campinas, a este respeito, oferece uma originalidade: é talvez a única cidade do Brasil onde Isabel é homenageada não simplesmente como a herdeira do trono, mas como a regente do Império, que ela o foi por três vezes. De fato, a pequena praça em sua honra, em nossa cidade (em frente à Estação Rodoviária), em vez de chamar-se “Princesa Isabel” (como de comum acontece em outros lugares) chama-se “Regente Isabel”. Não sei de outra cidade onde isto ocorra. Vale observar que a primeira proposta de homenagem à filha de D. Pedro II em ruas de Campinas ocorreu ainda ao tempo do Império, no mesmo mês e ano da Abolição. A rua visada era a “do Rosário”, que mais tarde viria a chamar-se Francisco Glicério, hoje a mais importante artéria da cidade. A proposta foi do Dr. Ricardo, o mesmo que combatera o nome de 13 de maio para a rua de São José. A Câmara, composta em sua maioria de republicanos, não acolheu a idéia. Houve empate na votação e Otto Lagaard, presidente do Legislativo, ao desempatar, deu o voto contrário. Só muitos anos mais tarde, por ato de 24 de novembro de 1921, por proposta de Álvaro Ribeiro, em ato sancionado pelo então prefeito Rafael Duarte, foi o nome de “Regente Isabel” atribuído à pequena praça, na época fronteira à Maternidade, hoje fronteira à Estação Rodoviária.

Tirante a princesa e regente, numerosos outros abolicionistas encontram-se homenageados em nossas vias públicas. Campinas, é bom que se recorde, nunca foi um centro abolicionista. Ao contrário, foi muito mais um centro escravagista, devido à importância que a lavoura do café (e antes, a da cana), toda ela baseada no braço escravo, representava para a cidade e a região. Mas, depois que os dois movimentos (República e Abolição) de uma certa maneira se confundiram, também a campanha abolicionista acabou fazendo seus ecos chegarem até Campinas. Aliás, diga-se, de passagem, que os republicanos custaram muito a se comprometer com o movimento emancipacionista. Tanto é verdade, que o manifesto de 1870 (primeiro manifesto republicano no País) não se refere ao problema da escravidão, certamente com receio de desagradar a classe agrária que tinha seus interesses fundamentados no braço escravo e de cujo apoio precisavam os propagandistas do novo regime. Aos poucos, entretanto, se percebe a evolução: basta confrontar o citado manifesto de 1870 com o de 1887, este já francamente emancipacionista, verberando de maneira contundente a nefanda instituição.

Todavia, uma vez vinda a República, seus primeiros homens não esqueceram aqueles que se bateram pelos dois ideais, pontilhando com seus nomes ruas e praças de todo o País. No que toca à Abolição, a planta de Campinas, além dos já citados “Abolição”, “13 de Maio” e “Regente Isabel”, apresenta os nomes de Rui Barbosa, José do Patrocínio, Luís Gama, Antônio Bento, Visconde do Rio Branco, Senador Saraiva,

Conselheiro João Alfredo e 28 de setembro (data da lei do “ventre livre”, em 1871). Isto, além de alguns abolicionistas locais, como o dr. Antônio Lobo e o Coronel Quirino.

Nunca me conformei com a não existência em Campinas de uma rua com o nome de Joaquim Nabuco, o maior dos abolicionistas e um dos maiores nomes de nossa História. Quando me foi dada oportunidade de suprir tal lacuna eu o fiz, propondo o nome do grande brasileiro à Comissão de Nomenclatura de Vias e Logradouros Públicos da cidade. Aprovada a proposta e sancionado o ato pelo Prefeito Municipal, foi o nome de Joaquim Nabuco dado a uma pequena rua, de apenas uma quadra, num dos modestos bairros da periferia, quando teria sido mais adequado figurasse ele, por exemplo, numa das belas ruas da Cidade Universitária, na época ainda sem nomes, como vulto expressivo da cultura brasileira que foi. Mas, de qualquer forma, a homenagem foi prestada e é mais um vulto do Abolicionismo nas ruas de Campinas.